ORDINÁRIA			Comi		Início	
CEIC CFT CFT	Data/entrada 06/03/97 2/6/97 11/05/99	CAT		FT 2	1	
	=/=/=	DESARQUIVA		DOS	_//	.]
			R. MARCELO TEIXE	IRA) PMILE		
	ASSUNTO:					
	Acrescenta de 27 de ou ao turismo.	<del>novas disposições</del> tubro de 1971, qu	ao art. 11 do Do le dispõe sobre o	ecreto-lei s incentivo	nº 1.191 s fiscai	, s
~						
9						
19						
DE	and the same of th	/02/97 - (AS C			And the second s	E
	DE	MÉRCIO; DE FINANÇ CONSTITUIÇÃO E J , II)	USTIÇA E DE REDA	ÇÃO (ART. 5	4) - ART	١.
00				06 de m	pareo de	19 9/
~	A Com. de E	conomia, Ind. e C	DISTRIBUIÇÃO			
7		utado Rica	12 12 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		. em /	14/19 97
~:		a Comissão de <u>Ecom</u>	0 ,	^	/ 1/	7
18		itado luone	0			199+
		a Comissão de Juno		Tocas	9100	es
		monnoel last		1 1	A/ em20/	
0.1/ 0.	O Presidente da	a Comissão de Fina	nços e Sributar	e * //		uus
Z	Ao Sr. Dep. T	ãão Mendes		(REDISTR.	) em 28	
TO	O Presidente da	a Comissão de Fina	ucos e Subutoca	v * n	1)/	
ROJET					em_	19
R0		a Comissão de				
4						19
	O Presidente da	a Comissão de				
	Ao Sr				, em	19
	O Presidente da	a Comissão de				
						19
		Comissão de				
					, em	19

APENSADOS

PRAZO/EMENDAS

GER 3.17.07.003-7 (MAI/93)

O Presidente da Comissão de\_

REGIME DE TRAMITAÇÃO

CEIC PL 2778 1997 MAGALE  E PLAMINHA DO À COMISSÃO DE FINANÇES E TRIBUTAÇÃO  MA 21 03 0257 (JUNI98)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  CONTRIGUES DE PUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CONTRIGUES DE PUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OX  CONTRIGUES DE PUTADOS  CONTRIGUES DE PUTADOS  CONTRIGUES DE PUTADOS  CONTRIGUES DE PUTADOS  CONTRI	CEIC PL 2778 1997 30 5 1997 MARGARET  E PLAMINHADO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃS  MA 21 03 0257 (IUNINO)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  PROPRIATOR PL 2778-A 1997 16 05 2002 JACLINA  CEIC PL 2778-A 1997 17 025 2002 AND PRINCES  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETI	À	CÂMARA DOS DEPUTAD	pos	BOLETIN	M DE AÇÃO	_EGISLA	ΓΙVΑ	SAL Nº
ENAMINADO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃS  MA 21.03.025-7 (JUN196)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OLA  OUSCALA DE PLANTA 169-1 16 05 2002  PLANTA DE AÇÃO LEGISLATIVA  OLA  OUSCALA DE PLANTA DE AÇÃO LEGISLATIVA  OLA  OLA  OLA  OLA  OLA  OLA  OLA  O	ENCANNINHADO à COMISSÃO DE FINANCIS E TRIBUTACIS  MA 321030257 (JUNI98)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN  CENTROCIONAS PARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN  FROMUNACIÓN  FROMUNACIÓN  FROMUNACIÓN  FROMUNACIÓN  FROMUNACIÓN  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  FROMUNACIÓN POL  OLAS DA CASO  FROMUNACIÓN POL  FROMUNAC	CASA			IDENTIFICAÇÃO DA MAT	ERIA	DIA T	DATA DA AÇÃO	RESPONSAVEL P/PREENCHIME
E PLANCES E TRIBUTACES  MA 321 03 025-7 (JUNI96)  CAMARA DOS DEFUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OLATA DIA ACAO  COSTRICATOR AL PARA DIA ACAO  COSTRICADO ANTA DIA ACAO  C	E PRAMINHA DO A COMISSÃO DE FINANCAS E TRIBUTAÇÃO  MA 21 03 0257 (UNINGO)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  1004T 1004 2.778 A 1997 16 OS 2002 Jacuma  Parcur do relato, Dep. José Mendes, pula adagnaças fina ceina e orça nentária e por unito, pula rejuiças.  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CONTRIGICADOS MATERIA  DE TODOS MATERIA	CD	CEIC	PL	2778	1997	30	5 1997	MARGARE
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  100-1 100-0	CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  C.D.  C.F.T.  PL 2.778-A 1997 16 05 2002 Instructional Partir Dept. 100 100 100 100 100 100 100 100 100 10		ENCAMINHA	, 80 A		_	FIN	ANGUS E	TRIBUTACAS
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  100-1 100-0	CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  C.D.  C.F.T.  PL 2.778-A 1997 16 05 2002 Instructional Partir Dept. 100 100 100 100 100 100 100 100 100 10								
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  100-1 100-0	ELETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CATA DA AÇÃO  POLOTIVO DE PROGRAMA PRIMA  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  PARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CONTROCAÇÃO DA MATÉRIA  CONTROCAÇÃO DA MATÊRIA  CONTROCAÇÃO DA MATÊRI				·				
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  TOTO DATO DA CADO AND PRESENCIANE  PL 2.778-A 1997 16 05 2002 FLACULUA  PRESENCIADO DA ACAD  DESCRIÇÃO DA ACAD  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  CAMAR	CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OL  INSTITUCAÇÃO DA MATÉRIA  AND  DATA DA AÇÃO  SOS 2002  FREDOMÁNICA PARENCIMOS  PAULA 778 - A 1997  CONTIDA AÇÃO  CON	GM 3.21.0	3.025-7 (JUN/96)						
Paucer do relatin, Dep. joss Whendes, pula adriguaças fino ceina e orça mentária e us múito, pula rejircas.  SM 321 03 025-7 (JUN/98)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CPT PL 2778-A 1997 22 05 2002 Editari  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CONTRIGUENCA DA MATERIA  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CESTICAD DA AÇÃO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS	Paucer do relating. Dep. José Wendles, pula adrognaças finas cina i originatoria e , us units, pula rejuicas.  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  CAMARA DOS DEPU	0	CAMARA DOS DEPUTAD	oos	BOLETIN	M DE AÇÃO	_EGISLA	ΓΙVΑ	
Paucer do relato, Dep. pos Viendes, pela aplegnaças fino cina e orça mentária e us místs pela rejectos.  SM 3.21.03.025-7 (JUNI96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ANO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CESCRIÇÃO DA AÇÃO  CESCRIÇÃO DA AÇÃO  CESCRIÇÃO DA AÇÃO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CESCRIÇÃO DA AÇÃO  CESCRIÇÃO DA AÇÃO  CESCRIÇÃO DA AÇÃO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  RESPONSÁVEL PUPRENCHME  COD  TIPO  T	Paucu do relato, Dep. José Wende, pela adequaças fino cina e originatión a la milita pela rigidas.  SM 32103025-7 (JUN196)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OSTRICA DA ACAD  OSTRICA DA ACAD  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OSTRICA DA ACAD  OSTRICA DA	CD		The state of the s	NÚME RO-	ANG	DIA	WES ANO	
SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ARESPONSÁVEL PIPREENCHIME  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA	SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ANA  LIDCAL  FIRSTONSÁVEL PPREENCHME  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OESCRIÇÃO DA AÇÃO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  BAL Nº  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  BAL Nº  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  BAL Nº  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  DESCRIÇÃO DA AÇÃO					ESCRIÇÃO DA ACÃO _			
SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ARESPONSÁVEL PIPREENCHIME  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA	SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ASA  LICCAL  FIFTO  OZ  OZAMA  O	Yau	un do re	latin,	Dep. 700	5 Men	des, p	els adu	quaces fino
SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ASSA  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OS 2000  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OS 2000  BAL Nº  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OS 2000  BAL Nº  BAL Nº  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OS 2000  BAL Nº  BAL Nº  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OS 2000  BAL Nº  BAL Nº  BAL Nº  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OS 2000  BAL Nº  BA	EAL NO CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ASSA  LIDCAL  TIVO  OZ  OZASA  LIDCAL  OZASA	ceino	L i orca	nentá	ie e us	mérito	pelo	- rejeice	۲, ک
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ASA  LOCAL  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  BAL Nº  TORA  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  TORA	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETÍM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  DA ACÃO  RESPONSÁVEL PUPRENCHME  SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETÍM DE AÇÃO LEGISLATIVA  BAL Nº  CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETÍM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETÍM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETÍM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÓSTRICA DA ACÂO  OESCRICÃO DA ACÂO						1	0 .	
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CETT PLO DATA DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CETT PLO DATA DA AÇÃO  BAL Nº  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  SASA  LOCAL  TIPO DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  NOMERO  AND  DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  NOMERO  AND  DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OS 2000  RESPONSÁVEL PIPRENCHME  BAL Nº  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  LOCAL  LOCAL  TITO  OESCRIÇÃO DA AÇÃO								
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA  DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  BALHO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  TIPO  IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA  NOMERO  AND  DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  DA ACÃO  RESPONSÁVEL PIPREMCHIME  DA ACÃO  DA ACÃO  RESPONSÁVEL PIPREMCHIME  DA ACÃO  RESPONSÁVEL PIPREMCHIME  DESCRIÇÃO DA ACÃO								
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA  DATA DA AÇÃO  RESPONSAVEL PIPREENCHIME  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA  NOME RO  TIPO  IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA  NOME RO  DATA DA AÇÃO  RESPONSAVEL PIPREENCHIME  RESPONSAVEL PIPREENCHIME  ASA  LOCAL  TIPO  TIPO  TIPO  TIPO  TIPO  TOMATERIA  AND  DATA DA AÇÃO  RESPONSAVEL PIPREENCHIME	CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO  CESTOR DE AÇÃO LEGISLATIVA  DATA DA AÇÃO  REPPONSÁVEL PIPRENCHME  SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  LOCAL  TIPO  OESCRIÇÃO DA AÇÃO  OESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  RESPONSÁVEL PIPRENCHME  OESCRIÇÃO DA AÇÃO								
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CASA  LOCAL  TIPO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  TIPO	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  AND LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  AND DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ODATA DA AÇÃO  AND	GM 3.21.0	3.025-7 (JUN/96)						
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  CASA  LOCAL  TIPO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  TIPO	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  AND LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  AND DESCRIÇÃO DA AÇÃO  CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OZ  ODATA DA AÇÃO  AND								
BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA  LOCAL  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL P/PREENCHIME  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  RESPONSÁVEL P/PREENCHIME  CAMARA DOS DEPUTADOS  RESPONSÁVEL P/PREENCHIME	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA  CA CAPTINO  DESCRIÇÃO DA ACÂO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CATA DA ACÂO  CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CAMARA DOS DEPUTADOS  CÂMARA DOS DEPUTAD	Anna I							BAL Nº
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  TIPO TOENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA AND DATA DA AÇÃO AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DIA MÉS DATA DA AÇÃO AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DATA DA AÇÃO AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CA COMINGO DA ACÃO  CA COMINGO DA ACÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  LOCAL  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OBTA DA ACÃO  ANO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO		CAMARA DOS DEPUTAI	oos	BOLETI	M DE AÇÃO	LEGISLA	TIVA	02
CAMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  TIPO TOENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA AND DATA DA AÇÃO AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DIA MÉS DATA DA AÇÃO AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DATA DA AÇÃO AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CA COMINGO DA ACÃO  CA COMINGO DA ACÃO  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  LOCAL  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  OBTA DA ACÃO  ANO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO	CASA	LOCAL		IDENTIFICAÇÃO DA MA	TÉRIA		nata na acho	DECENNATUE DAREENCHIME
CA COMINGO O SER COP  GM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  BAL Nº  TIPO DENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  ANO DIA MÉS ANO RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  CD DIA MÉS ANO RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA  LOCAL  TIPO  TIPO  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO	CD	CFT	A	NÚME RO-	ANO	DIA	MES ANO	THE RESERVE TO SECURITION OF THE PARTY OF TH
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NUMERO  AND  DATA DA AÇÃO RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA  LOCAL  TIPO  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÂD  DESCRIÇÃO DA ACÂD  DESCRIÇÃO DA ACÂD			-		ESCRIÇÃO DA AÇÃO			Н
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NUMERO  AND  DATA DA AÇÃO RESPONSÁVEL P/PREENCHIME	SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)  CÂMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  ASSA LOCAL  TIPO  DESCRIÇÃO DA ACÂD  DESCRIÇÃO DA ACÂD  DESCRIÇÃO DA ACÂD  DESCRIÇÃO DA ACÂD		En con	whin	0 50	a to	R C	CP	
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO AND DIA MÉS AND RESPONSÁVEL P/PREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  ANO DATA DA AÇÃO ANO RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO		Cicosi			0-0		•	8
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO AND DIA DATA DA AÇÃO RESPONSÁVEL P/PREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO TIPO TOMBERO DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  TOMBERO TOMBE								
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO DIA MÉS ANO RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO TIPO TOMERO DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  TOMERO								
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO AND DIA MÉS AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO TIPO TOBOLIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO AND DIA MÉS AND RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO TIPO TOBOLIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO AND DIA DATA DA AÇÃO RESPONSÁVEL P/PREENCHIME	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  CASA LOCAL TIPO TIPO TOMBERO DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  DESCRIÇÃO DA ACÃO  TOMBERO TOMBE	GM 3.21.0	03.025-7 (JUN/96)						
CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  AND  DIA  DATA DA AÇÃO  AND  RESPONSÁVEL P/PREENCHIME  C D	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  AND  DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO		10						
BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  ASA LOCAL TIPO TIPO NÚMERO TOMA AND TOMA TOMA TOMA TOMA TOMA TOMA TOMA TOMA	CÁMARA DOS DEPUTADOS  BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA  LOCAL  IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA  AND  DATA DA AÇÃO  RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DESCRIÇÃO DA AÇÃO  DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Alex							gal No
CASA LOCAL TIPO TOENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA ANO DIA THES ANO RESPONSÁVEL PIPREENCHIME	CASA LOCAL IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA DATA DA AÇÃO RESPONSÁVEL PIPREENCHIME  DESCRIÇÃO DA AÇÃO DIA MÉS ANO DESCRIÇÃO DA AÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIPADA DESCRIÇÃO DESC		CÂMARA DOS DEPUTAS	oos	501 5711	1 25 1070	E0101 4	FIL / 6	000.0
TIPO NÚMERO ANO DIA MÉS ANO	DESCRIÇÃO DA ACÃO				BOLEIII	M DE AÇÃO	LEGISLA	IIVA	
C D	DESCRIÇÃO DA ACÃO	CASA	LOCAL	7180	_ IDENTIFICAÇÃO DA MA	TÉRIA		DATA DA AÇÃO	RESPONSAVEL P/PREENCHIME
	DESCRIÇÃO DA ACÃO	CD		1110	NUME RO	ANO	DIA .	MES	
DESCRIÇÃO DA ACÃO									
	GM 3.21.03.025-7 (JUN/96)				C	ESCRIÇÃO DA ACÃO			
	GM 3.21.03.025-7 (JUN/96)								
	SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)								
	SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)								
	SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)								
	SM 3.21.03.025-7 (JUN/96)								
	GM 3.21.03.025-7 (JUN/96)								

A STATE OF THE PARTY OF THE PAR							BAL Nº
	CÂMARA DOS DEPUTADO	os		DE AÇÃO L			J
CD	CEIC	TIPO	NÚMERO O O	ANO	DIA MÉS	DA AÇÃO ANO	RESPONSAVEL PIPREENCHIMENTO
CD	CEIC	TL	2778	97	1 4	1997	MAGARET
	RELATOR	De	CLATUS	RICA C	1 ~	le e sorio	)
	10011074	, ()	, OTABO	144	(30)	Clorecte	
P	PARA WARA	RECE	BIMENT	DE	MEND	AS : S	SEZSOES
	A PARTI	R J	E NI4	197			
SGM 3.21	03.025-7 (JUN/96)						1
None of the last							BAL Nº
	CAMARA DOS DEPUTADO	OS	BOLETIN	DE AÇÃO L	EGISLATIV	А	2
CASA	LOCAL	TIPO	. IDENTIFICAÇÃO DA MAT	ERIA	DAT-	A DA AÇÃO	RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CEIC	PL	2778	1997	9 4	1997	MRGALET
				SCRIÇÃO DA AÇÃO			
	560TABO (				AM A	PRESEN	ZADATU
$\in$	MENDAS	AO I	PROJETE	)			
	ENCAMINH	08 A	AO R	ELATOR	-		
CMON	03.025-7 (JUN/96)						
JOIN 3.21.	00.025-7 (0014/80)						
	CÂMARA DOS DEPUTADO						BAL Nº
	CAMARA DOS DEPOTADO	OS	BOLETIN	M DE AÇÃO L	EGISLATIV	A	3
CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MAT	ERIA	DIA DAT	A DA AÇÃO ANO	RESPONSAVEL PIPREENCHIMENTO
CD	cere	PL	2778	1997	24 4	1997	MRGARET
0	RECER C	-1150		ESCRIÇÃO DA AÇÃO _	1 1 500 0	70-0	1-0 N- D
		4 Cuir		D re	LATUR	DEPL	TABO KI
CA	RBO MER	Cacal	)				
GM 3.21.	03.025-7 (JUN/96)						
	CÂMARA DOS DEPUTADO	ns.					BAL NO
	THE SECOND PROPERTY OF	03	BOLETIN	DE AÇÃO L	EGISLATIV	A	4
CASA	LOCAL	TIPO	NÚMERO	ERIAANO	DAT-	DA AÇÃO ANO	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CEIC	PL	2778	1997	8 5	1997	MRGARET
An	ROYACAS U	NANIM		CONTRACTO DA ACÃO	00.15	210:0	DO DO 1700
	1			PARECER		TRARIO	BO KENTOR
0	EPUTA DO			ERACUIC			
P	GUARDA	REMES	DA A	PROXIM	A C	PRZIMO	

#### CAMARA DOS DEPUTADOS



#### PROJETO DE LÊI Nº 2.778, DE 1997 (DO SR. MARCELO TEIXEIRA)

Acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



Às Comissões: Art. 24.II Economia, Industria e Comércio Finanças e Tributação(Mérito e Art. 54) Const. e Justiça e de Redação(Art.54.RI)

Em 20/02/97

PRESIDENTE

#### ORDINÁRIA

# PROJETO DE LEI NATA, DE 1997. (Do Sr. Marcelo Teixeira)

Acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-Lei nº 1.191, x de 27 de outubro de 1971, x que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 do Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11
§ 1°
 **************************************
VIII - 1% (hum por cento) do valor das passagens aéreas, a
ser recolhido pela empresa vendedora da passagem."

§ 2º. Excetuado o disposto no § 3º deste artigo, o funcionamento e as operações do FUNGETUR serão regulados por resolução do Conselho Monetário Nacional."

"§ 3º Os recursos definidos no inciso VIII do §º 1º do art. 11 serão distribuídos entre os Estados da Federação proporcionalmente ao respectivo fluxo turístico, de acordo com levantamento e registro feitos pelo órgão competente do Poder Executivo."





Art. 2°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

O Decreto-Lei nº 1.191, de 27/10/71, criou, em seu art. 11, o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) destinado a fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas, desde que consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

Já o § 1º daquele artigo, além de atribuir a gestão do FUNGETUR à EMBRATUR, criou diversas fontes de recursos a serem destinados àquele Fundo - mas, a rigor, nenhum deles se mostrou significativamente relevante para dinamizar e possibilitar o desenvolvimento auto-sustentado do turismo nesse País.

Todos sabemos quão pouco a atividade turística representa para a economia brasileira e quão pouca tem sido a atenção governamental para uma atividade que, em outros países, ocupa um lugar de destaque como atividade econômica geradora de renda e de emprego.

Assim posto, o objetivo de nossa proposição é o de criar uma nova fonte de recursos que, sem grandes sacrificios para as companhias aéreas e agências de viagem, nem muito menos para os passageiros das linhas aéreas, pode se constituir num poderoso instrumento de financiamento do turismo regional e estadual.

Nesse sentido, acreditamos ser bastante relevante e oportuna essa nossa proposição para cuja aprovação contamos com o decidido apoio de nossos ilustres pares nessa Casa.

Sala das Sessões, em 20de 07 de 1997

Deputado Marcelo Teixeira

6

#### "LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS"



DECRETO-LEI Nº 1.191 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1971

Dispõe sôbre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências

- Art. 11. Fica criado o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), destinado a fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interêsse para o desenvolvimento do turismo nacional, de acôrdo com o parágrafo único do artigo 19 do Decretolei nº 55, de 18 de novembro de 1966.
- § 1º O FUNGETUR será gerido pela Emprêsa Brasileira de Turismo (EM-BRATUR) e constituído de:
- I Recursos provenientes de parcelas do capital da EMBRATUR, que vierem a ser integralizadas;
- II Recursos provenientes da receita resultante do registro de emprêsas dedicadas à indústria do turismo e das respectivas renovações anuais;
- III Recursos provenientes dos depósitos deduzidos do impôsto de renda e adicionais não restituíveis e não utilizados nos prazos regulamentares, bem como dos efetivados com atraso e respectivas penalidades e correção monetária;
- IV Rendimentos derivados de suas aplicações;
- V Recursos provenientes de dotações orçamentárias da União que lhe forem especificamente destinados;
- VI Auxílios, doações, subvenções. contribuições e empréstimos de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;
- VII Quaisquer depósitos de pessoas físicas ou jurídicas realizadas a seu crédito.



# PROJETO DE LEI Nº 2.778-A, de 1997 (DO SR. MARCELO TEIXEIRA)

Acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)

#### SUMÁRIO

- I Projeto inicial
- II Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do Relator
  - parecer da Comissão



# COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PROJETO DE LEI Nº 2.778/97

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 1/4/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 9 de abril de 1997

ANAMÉLIA RIBEIRO CORREIA DE ARAÚJO

Secretária





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### **PROJETO DE LEI N.º 2.778, DE 1.997**

Acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1.971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo.

Autor: Deputado Marcelo Teixeira Relator: Deputado Ricardo Heráclio

#### I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Marcelo Teixeira apresentou o PL 2.778/97, que acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1.971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo.

A meritória preocupação do nobre Deputado Marcelo Teixeira em dinamizar o desenvolvimento do turismo em nosso país, levou-o aos fundamentos de qualquer iniciativa que se queira exitosa: os recursos.

Ao propor em seu Art. 1º as alterações no Art.11, § 1º, através da adição do inciso VIII, que determina o recolhimento de "1% (hum por cento) do valor das passagens aéreas, a ser recolhido pela empresa vendedora da passagem.", sejam destinados ao Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) gerido pela EMBRATUR, destinados ao fomento do turismo, é na verdade mais um tributo, que seguramente incidirá nos preços das passagens aéreas brasileiras, já sobrecarregadas de impostos e taxas.





O Decreto-lei n.º 1.191/71, em seu Art. 11, criou através de seus sete incisos, várias formas de captação de recursos para o FUNGETUR, dentre os quais destacamos o do Inciso II, que capta "Recursos provenientes da receita resultante do registro de empresas dedicadas à indústria do turismo e das respectivas renovações anuais;" o do Inciso III "Recursos provenientes dos depósitos do imposto de renda e adicionais não restituíveis e não utilizados nos prazos regulamentares, bem como dos efetivados com atraso e respectivas penalidades e correção monetária;" e ainda do Inciso VI "Auxílios, doações, subvenções, contribuições e empréstimos de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras", isso sem contar os recursos provenientes de dotações orçamentárias da União.

Portanto, ao se inserir um novo tributo de 1% (um por cento) do valor das passagens aéreas, temos a incidência de um tributo discriminatório ao usuário desse tipo de serviço de transporte e com a destinação apontada para o Fundo Geral de Turismo, o que constitui uma inconstitucionalidade.

Pelos motivos expostos, após ter cumprido o prazo regimental para o recebimento de emendas na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, sem que emendas tenham sido apresentadas, coube-nos apreciá-lo como relator, nos termos do art. 32, inciso VI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Acreditando que o melhor para o desenvolvimento do Turismo em nosso país, é a diminuição dos custos operacionais desses serviços, tornando-os mais acessíveis à nossa população, recomendaríamos justamente o oposto ao contido no PL 2.778/97, ou seja a diminuição dos encargos tributários.

É o relatório.

#### II - VOTO DO RELATOR

A proposta ora analisada, em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei 2.778, de 1.997.

Sala das Comissões, em 24 de

1////

ABRIL

Deputado RICARDO HERACLIO

Relator



# COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.778, DE 1997**

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, REJEITOU, unanimemente, o Projeto de Lei nº 2.778/97, nos termos do parecer do Relator, Deputado Ricardo Heráclio.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Rubem Medina - Presidente, Neuto de Conto e José Carlos Lacerda - Vice-Presidentes, Francisco Horta, Herculano Anghinetti, Israel Pinheiro, João Fassarella, Lamartine Posella, Lima Netto, Marilu Guimarães, Odacir Klein, Raimundo Colombo, Ricardo Heráclio, Alzira Ewerton, João Pizzolatti e Márcio Reinaldo Moreira.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 1997

Deputado RUBÉM MEDINA

Presidente



Presidente

Oficio-Pres. nº 83/97

Brasília, 8 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.778, de 1997.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente

Deputado RUBEM MEDINA

Presidente

A Sua Excelência o Senhor Deputado MICHEL TEMER DD. Presidente da Câmara dos Deputados NESTA



ecebido

Orgão Presidencia N. 2114/97

Data: 03/06/97 Hora: 15:11

Ass: Ponto: 3122



#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 2.778-A/97

Nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 09/06/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 1997.

Maria Linda Magalhães Secretária



Defiro o desarquivamento das seguintes proposições: PEC 141/95; PEC 377/96; PL 1307/95; PL 2077/96; PL 2778/97; PL 2779/97; PL 2996/97 e PL 4818/98. Indefiro, contudo, o pedido no tocante ao PL 1569/96, porque foi arquivado definitivamente nos termos do disposto no art. 133, caput, do RICD. Oficie se ao requerente e, após, publique-se.

Em 22 103

199

PRESIDENTE

#### REQUERIMENTO (Do Sr. Deputado Marcelo Teixeira)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento dos projetos de lei, a seguir relacionados, que são de minha autoria:

PEC nº 141/95- Estabelece, excepcionalmente, mandato de 06 (seis) anos, para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 1996. (Aumentando o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 1996 em dois anos, encerrando-se em 2002 com objetivo de fazer coincidir as eleições naquele ano, alterando a nova Constituição Federal).

PEC nº 377/96- Altera o parágrafo segundo do artigo 57 da Constituição Federal. (Dispondo que não se encerrará a sessão legislativa antes que seja aprovado também o orçamento anual, alterando a nova Constituição Federal).

PL nº 1.307/95- Dispõe sobre a obrigatoriedade da transcrição do Hino Nacional na capa de todos os cadernos escolares.

PL nº 1.569/96- Dispõe sobre o prazo de utilização de livros didáticos nas escolas de ensino fundamental e médio, das redes pública e privada, e da outras providências.

PL nº 2.077/96- Dispõe sobre a contratação de paraplégico, na situação em que especifica.

PL nº 2.778/97- Acrescenta novas disposições ao artigo 11 do Decretolei 1191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo. (Destinando ao Fundo Geral do Turismo- FUNGETUR um por cento do valor das passagens aéreas, a ser recolhido pela empresa da vendedora da passagem).

PL nº 2.779/97- Proíbe a utilização de fumo no interior da aeronave, em vôos domésticos, em todo o território brasileiro.

PL nº 2.996/97- Altera o artigo 71 da Lei 4.737, de 15 de Julho de 1965-Código eleitoral. (Estabelecendo que os oficiais de registro civil, sob as penas da lei, enviarão até o dia 15 de cada mês, ao juiz eleitoral em que oficiarem,



certidões de todos os óbitos de cidadãos alistáveis ocorridos no mês anterior, para o devido cancelamento das inscrições).

PL nº 4.818/98- Obriga a empresa administradora de cartão de crédito a oferecer modalidade de contrato na qual o valor da venda efetuada no estabelecimento credenciado lhe e pago em 24 horas.

Sala das Sessões, em 12 de Março de 1999.

Deputado Marcelo Teixeira



#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 2.778-A/97

Nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 24/05/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 1999.

Maria Linda Magalhães Secretária

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.778, DE 1997**

Acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo.

AUTOR: DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA RELATOR: DEPUTADO JOÃO MENDES

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.778/97 acrescenta item VIII ao § 1º do art. 11 do Decreto-lei nº 1.191/71, de forma a que se constitua recurso do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) "1% (hum por cento) do valor das passagens aéreas, a ser recolhido pela empresa vendedora da passagem"; além disso o Projeto em questão acrescenta dois parágrafos ao referido art. 11, de seguinte teor:

"§ 2º Excetuando o disposto no § 3º deste artigo, o funcionamento e as operações do FUNGETUR serão regulados por resolução do Conselho Monetário Nacional.

§ 3º Os recursos definidos no inciso VIII do § 1º do art. 11 serão distribuídos entre os Estados da Federação proporcionalmente ao respectivo fluxo turístico, de acordo com levantamento e registro feitos pelo órgão competente do Poder Executivo."

Em sua justificação, o autor da proposição salienta que o art. 11 do Decreto-lei nº 1.191/71 criou o FUNGETUR com diversas fontes de recursos, sendo que "nenhum deles se mostrou significativamente relevante para dinamizar e possibilitar o desenvolvimento auto-sustentado do turismo nesse País".





#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

E continua o autor do Projeto:

"Todos sabemos quão pouco a atividade turística representa para a economia brasileira e quão pouca tem sido a atenção governamental para uma atividade que, em outros países, ocupa um lugar de destaque como atividade econômica geradora de renda e de emprego.

Assim posto, o objetivo de nossa proposição é o de criar uma nova fonte de recursos que, sem grandes sacrifícios para as companhias aéreas e agências de viagem, nem muito menos para os passageiros das linhas aéreas, pode se constituir num poderoso instrumento de financiamento do turismo regional e estadual".

Por último, é importante salientar que o Projeto de Lei sob exame foi rejeitado, por unanimidade, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

#### II - VOTO DO RELATOR

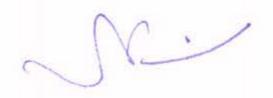
Compete a esta Comissão apreciar preliminarmente o Projeto de Lei nº 2.778/97 quanto à sua adequação financeira ou orçamentária, nos termos do art. 53, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Projeto em questão prevê incremento da receita pública, e tem sido entendimento desta Comissão que acarretar aumento de receita não torna a proposição conflitante com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nem implica inadequação, muito pelo contrário.

Contudo, o Projeto pretende aumentar os recursos destinados ao Fundo Geral do Turismo mediante a instituição de mais uma cunha fiscal sobre o transporte aéreo, mais precisamente por meio da incidência de uma alíquota de um por cento sobre o "valor das passagens aéreas", provavelmente um dos motivos pelos quais a matéria foi amplamente rejeitada na Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

O produto dessa arrecadação, mesmo que somado aos demais recursos previstos no art. 11 do Decreto-lei nº 1.191/71, terá destinação especial, ou seja, os recursos serão distribuídos aos Estados da Federação, proporcionalmente ao respectivo fluxo turístico. Com a vinculação pretendida,





poderemos ter um repasse de recursos fortemente direcionado aos Estados de economia mais dinâmica e diversificada, que tendem a atrair um número de passageiros mais expressivo. Ademais, sabemos todos que a atividade de turismo não tem nesses Estados a mesma importância na geração de renda e emprego como, por exemplo, entre os Estados do Nordeste.

Não obstante seja importante o desenvolvimento da atividade turística no País, parece-nos que a forma pretendida pelo Projeto em análise não se revela conveniente, pois implicaria aumento dos preços das já elevadas tarifas aéreas. Na verdade, a aprovação do Projeto poderia redundar em conseqüências opostas aos seus objetivos, isto é, poderia desestimular o turismo, sobretudo em um País da dimensão territorial do nosso, no qual o transporte aéreo tem destacado papel.

Não foi por outra razão que o Deputado Leur Lomanto, relator na Comissão Especial destinada a apreciar o Projeto de Lei n.º 3.846, de 2000, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre a ordenação da aviação civil e a criação da Agência Nacional de Aviação Civil propôs a extinção gradativa nos próximos anos da alíquota de 50% do Adicional de Tarifa Aeroportuária (ATAERO) cobrada pela INFRAERO das empresas de aviação, a exemplo do que já ocorreu com tarifa semelhante que era cobrada no transporte marítimo.

Não bastassem tais equívocos de conteúdo, o Projeto de Lei sob exame é falho por não explicitar o fundamento constitucional para a instituição dessa "alíquota de um por cento", deixando de declinar sua natureza jurídica e sua abrangência, e deixando dúvidas sobre o devedor da obrigação. O Projeto omite o "nomen juris" da prestação pecuniária que pretende instituir, talvez pela dificuldade em identificá-lo como espécie de tributo, quer seja imposto ou alguma contribuição.

O Projeto estabelece que o "um por cento" do valor das passagens aéreas deve "ser recolhido pela empresa vendedora da passagem", não explicitando claramente se o devedor seria a empresa aérea transportadora ou qualquer agência de viagem que "vendesse" a passagem, em qualquer dos casos onerando, em última análise, o passageiro.

A tributação da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal é de competência dos Estados (art. 155-l da Constituição Federal), o que torna problemática a instituição, por lei federal, da mencionada "alíquota de um por cento", no caso de transporte aéreo interestadual







#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

e intermunicipal.

Em que pesem as preocupações do eminente autor do Projeto, no sentido de que devemos incentivar o turismo nacional, entendemos que a proposição, além do inconveniente de produzir aumento do preço da passagem aérea, contém defeitos de ordem formal que recomendam sua rejeição.

Pelo exposto, votamos no sentido de reconhecer a adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.778/97. Quanto ao mérito, no entanto, votamos pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em 16 de MMO de 2002.

Deputado JOÃO MENDES

Relator

20466503-157





#### PROJETO DE LEI Nº 2.778-B, DE 1997

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.778-A/97, nos termos do parecer do relator, Deputado João Mendes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Benito Gama, Presidente; José Pimentel e Jorge Khoury, Vice-Presidentes; João Mendes, José Carlos Fonseca Jr., Pauderney Avelino, Antonio Cambraia, Márcio Fortes, Sebastião Madeira, Max Rosenmann, Milton Monti, Pedro Novais, Carlito Merss, Pedro Eugênio, Ricardo Berzoini, Chico Sardelli, Fetter Júnior, Félix Mendonça, José Militão, Fernando Coruja, João Eduardo Dado, Cornélio Ribeiro, Eujácio Simões, Sérgio Miranda, Divaldo Suruagy, Nice Lobão, Adolfo Marinho, Luiz Carlos Hauly, Yeda Crusius e Carlos Eduardo Cadoca.

Sala da Comissão, em 22 de maio de 2001.

Deputado BENITO GAMA

Presidente



## PROJETO DE LEI Nº 2.778-B, DE 1997

(DO SR. MARCELO TEIXEIRA)

Acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo; tendo pareceres: da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição (relator: DEP. RICARDO HERÁCLIO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição (relator: DEP. JOÃO MENDES).

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

#### SUMÁRIO

- I Projeto inicial
- II Na Comissão de Economia, Indústria, Comércio:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão
- III Na Comissão de Finanças e Tributação:
  - termo de recebimento de emendas 1997
  - termo de recebimento de emendas 1999
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão



## PROJETO DE LEI Nº 2.778-B, DE 1997

(DO SR. MARCELO TEIXEIRA)

Acrescenta novas disposições ao art. 11 do Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo; tendo pareceres: da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição (relator: DEP. RICARDO HERÁCLIO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição (relator: DEP. JOÃO MENDES).

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

#### SUMÁRIO

- I Projeto inicial
- II Na Comissão de Economia, Indústria, Comércio:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão
- III Na Comissão de Finanças e Tributação:
  - termo de recebimento de emendas 1997
  - termo de recebimento de emendas 1999
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão



Of. nº 085/02 - CFTr Publique-se. Em 5.6.02.

AÉCIO NEVES Presidente



Of.P- nº 085/2002

Brasília, 22 de maio de 2002.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.778-A/97, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Cordiais Saudações.

Deputado BENITO GAMA

Presidente

A Sua Excelência o Senhor **Deputado AÉCIO NEVES**Presidente da Câmara dos Deputados

Lote: 75 Caixa: 143 PL Nº 2778/1997 26

SGM-S	ECRET/	ARIA-OF	RAL	DA	MESA
Protocolo	de Re	To Manera	e de	Doc	umentos
Undervit	1			180	08/02
Data: 04	lolle	2		17	43
Ass. Te	m		Permi	48	64

#### Tramitação da proposição : PL 2778/1997

		*	
	Data	Órgão	Tramitação
i	20/02/1997	PLEN	APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP MARCELO TEIXEIRA.
	06/03/1997		DESPACHO INICIAL A CEIC.
	06/03/1997		PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES. DCD 02 04 97 PAG 8409 COL 02.
	06/03/1997	CCP	RELATOR DEP RICARDO HERACLITO.
	01/04/1997	CEICT	NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
	01/04/1997	CEICT	PARECER CONTRARIO DO RELATOR, DEP RICARDO HERACLIO.
	09/04/1997	CEICT	APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER CONTRARIO DO RELATOR, DEP RICAR DO HERACLIO. (PL. 2778-A/97).
	2004/1997	CEICT	ENCAMINHADO A CFT.
	08/05/1997	CFT	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.
	30/05/1997	CFT	RELATOR DEP MANOEL CASTRO. DCD 11 06 97 PAG 15691 COL 02.
	09/06/1997	CFT	NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
	09/06/1997	MESA	ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 105 DO REGIMENTO INTERNO. DCD S 03 02 99 PAG 0108 COL 01.
	16/06/1997	MESA	DESARQUIVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 105, PARÁGRAFO ÚNICO DO RI.
	02/02/1999	CFT	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.
	22/03/1999	CFT	RELATOR DEP MANOEL CASTRO.
	20/05/1999	CFT	NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
	18/01/2001	CFT	Devolvida sem Manifestação.
	2003/2001	CFT	Designado Relator: Dep. João Mendes
	08/10/2001	CFT	Devolução por força da saída do relator da comissão.
	16/05/2002	CFT	Designado Relator, Dep. João Mendes
	16/05/2002	CFT	Recebida manifestação do Relator.
	16/05/2002	CFT	Parecer do Relator, Dep. João Mendes, pela adequação finance ira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.
	22/05/2002	CFT	Aprovado por Unanimidade o Parecer
	22/05/2002	CFT	Encaminhado à CCP
	22/05/2002	CFT	Encaminhamento à CCP para publicação - Ofício nº 85/2002-CFT .
	31/05/2002	CCP	Recebimento pela CCP.
	03/06/2002	CCP	Proposição recebida para publicação.

continuação...(pág.2) Tramitação da proposição : PL 2778/1997

Data	Órgão	Tramitação	
03/06/20	02 CCP	Parecer da Comissão de Finanças e Tributação	publicado no